



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Legislação e Justiça		
Reunião: 32ª Ordinária	Sessão legislativa: 3ª	Legislatura: 19ª
Data: 26/9/23		
Horário de início: 13h33min		Horário de encerramento: 13h58min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Irlan Melo, que registrou a presença da vereadora Fernanda Pereira Altoé e dos vereadores Jorge Santos, Ramon Bibiano da Casa de Apoio e Sérgio Fernando Pinho Tavares, os dois últimos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação das atas das 29ª e 31ª reuniões ordinárias, realizadas em 5 e 19/9/23, respectivamente.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM PRIMEIRO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 655/23 - "Proíbe, no âmbito do Município de Belo Horizonte, a utilização de placas informativas que desobriguem estabelecimentos comerciais a ressarcir danos ocorridos aos consumidores em seus estacionamentos". Autoria: vereador Fernando Luiz.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

2) Projeto de Lei nº 659/23 - “Institui a política estadual ‘Vini Jr’ de combate ao racismo nos estádios e nas arenas esportivas situadas no Município de Belo Horizonte”. Autoria: vereador César Gordin.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé discutiu o projeto.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade.

O vereador Jorge Santos assumiu a presidência.

3) Projeto de Lei nº 662/23 - “Dispõe sobre o direito de toda mulher a ter acompanhante, pessoa de sua escolha, nas consultas e exames, inclusive os ginecológicos, nos estabelecimentos públicos e privados de saúde do Município de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Irlan Melo.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

O vereador Irlan Melo assumiu a presidência.

4) Projeto de Lei nº 663/23 - “Dá nova redação ao § 11 do art. 28 da Lei nº 8.502/2003, que ‘Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências’. Autoria: vereador José Ferreira.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

5) Projeto de Lei nº 665/23 - “Dispõe sobre os procedimentos afetos ao empréstimo de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para as eleições dos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

membros dos Conselhos Tutelares de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Fernando Luiz, vereadora Loíde Gonçalves e vereador Marcos Crispim.

O vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares e a vereadora Fernanda Pereira Altoé discutiram o projeto.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade.

6) Projeto de Lei nº 666/23 - “Programa QR CodeBH - Valorização Histórica da Ruas de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Wilsinho da Tabu.

O vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares e a vereadora Fernanda Pereira Altoé discutiram o projeto.

Aprovado por unanimidade, o adiamento da apreciação do parecer, nos termos do art. 76 do Regimento Interno - RI.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé assumiu a presidência.

7) Projeto de Lei nº 669/23 - “Dispõe sobre o reconhecimento do Serviço de Táxi Lotação como transporte público coletivo no município de Belo Horizonte”. Autoria: vereadores Irlan Melo e César Gordin, vereadora Cida Falabella, vereadores Ciro Pereira, Cláudio do Mundo Novo, Cleiton Xavier e Henrique Braga, vereadora Iza Lourença e vereadores Jorge Santos, Reinaldo Gomes Preto Sacolão, Sérgio Fernando Pinho Tavares e Wanderley Porto.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

8) Projeto de Lei nº 670/23 - “Dispõe sobre a implementação do método de Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para crianças e adolescentes com



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

autismo nas escolas da rede pública de ensino do Município de Belo Horizonte”.

Autoria: vereador Fernando Luiz.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

9) Projeto de Lei nº 671/23 - “Acrescenta o art. 60-A à Lei 11.416 de 2022, que ‘institui a Lei Municipal de Inclusão de Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida”. Autoria: vereador Fernando Luiz.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

10) Projeto de Lei nº 674/23 - “Assegura à paciente o direito a acompanhante em consultas, exames e procedimentos realizados em estabelecimentos de saúde públicos e privados do Município”. Autoria: vereador Jorge Santos.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

11) Projeto de Lei nº 675/23 - “Dá nova redação ao art. 146 da Lei nº 8.616/03, que contém o código de posturas do município de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Pedro Patrus.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

12) Projeto de Lei nº 677/23 – “Cria o Programa QR Code BH com o objetivo de disponibilizar informações sobre próprios públicos e passagens do Município”. Autoria: vereador Wilsinho da Tabu.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pela relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé.

13) Projeto de Lei nº 678/23 - “Dispõe sobre a desafetação da área pública que menciona e autoriza sua alienação”. Autoria: vereador Ciro Pereira.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pelo relator, vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares.

O presidente informou que a diligência foi substituída.

14) Projeto de Lei nº 683/23 - “Dispõe sobre a criação do ‘Programa de Apoio à Vitima de Violência Doméstica’”. Autoria: vereadoras Cida Falabella, Fernanda Pereira Altoé, Flávia Borja, Iza Lourença, Janaina Cardoso, Loíde Gonçalves, Marcela Trópia e Professora Marli.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

15) Projeto de Lei nº 694/23 - “Dispõe sobre a divulgação de listas de medicamentos nos serviços próprios do Sistema Único de Saúde de Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: vereador Rubão.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pela relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé.

16) Projeto de Lei nº 701/23 – “Dispõe sobre as contrapartidas a serem exigidas a título de medidas mitigadoras e compensatórias de empreendimentos que geram impactos urbanísticos, ambientais e sociais”. Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé, vereadores Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Gilson Guimarães e Helinho da Farmácia, vereadora Loíde Gonçalves e vereador Wesley Moreira.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

17) Projeto de Lei nº 706/23 - “Estabelece diretrizes para implantação do programa material escolar solidário no município de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Rubão.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

EM REDAÇÃO FINAL: foram aprovados, por unanimidade, os pareceres de redação final aos projetos: 18) Projeto de Lei nº 595/23 - “Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município, para adequação das emendas parlamentares individuais de caráter impositivo constantes da Lei Orçamentária 2023 que apresentaram impedimentos em suas programações”. Autoria: Executivo - Mensagem nº 12, de 2/5/23; 19) Projeto de Lei nº 605/23 - “Dá o nome de Conceição Teixeira das Graças à Rua Sessenta e Oito, no Bairro Jardim Felicidade”. Autoria: vereador Cleiton Xavier; 20) Projeto de Lei nº 624/23 - “Dá o nome de Rua Adair Vieira Costa à Rua Seiscentos e Vinte e Três, no Bairro Lagoa”. Autoria: vereador Jorge Santos; 21) Projeto de Lei nº 630/23 - “Dá o nome de Via de Pedestre Dona Leleia Cavalcanti à Passagem 1, no Bairro São Bento”. Autoria: vereador Bráulio Lara.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

